

NARRATIVAS E LEITURAS ANTIRRACISTAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO À MEMÓRIA

ANTIRACIST NARRATIVES AND LITERARY ENGAGEMENTS IN BASIC EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF THE RIGHT TO MEMORY

Rafael Furtado Da Silva 1
Maria Aparecida Moraes Da Silva 2

Resumo: Este relato de experiência resulta do projeto de extensão “Narrativas e leituras: nossa pele, nosso cabelo, nossa identidade racial e nossos saberes afro-brasileiros”, desenvolvido com uma turma do 1º ano dos Anos Iniciais da Escola Professora Nair Duarte, em Araguatins-TO. O objetivo é evidenciar que a ausência das literaturas indígena, quilombola, africana e afro-brasileira nas escolas representa uma fragilidade na promoção dos Direitos Humanos, especialmente no que se refere à negação do direito à memória das populações negra, indígena e quilombola. A partir das narrativas e leituras dessas literaturas, busca-se valorizar a identidade racial, a memória coletiva e os saberes ancestrais. A metodologia adotada baseia-se nos círculos de cultura de Paulo Freire. O referencial teórico inclui Carine (2023), Fanon (1979), Gomes e Araújo (2023), Kilomba (2019) e Brasil (2008). Conclui-se que o letramento racial e a consciência do aquilombamento são essenciais na educação e na luta pelos direitos à memória.

Palavras-chave: Narrativas. Leituras antirracistas. Direito à memória. Letramento racial.

Abstract: This experience report originates from the extension project “Narratives and Readings: Our Skin, Our Hair, Our Racial Identity, and Our Afro-Brazilian Knowledge”, developed with a 1st-grade class of the early years at Professora Nair Duarte Full-Time School, in Araguatins, Tocantins, Brazil. The objective is to highlight that the absence of Indigenous, Quilombola, African, and Afro-Brazilian literatures in schools represents a weakness in the promotion of Human Rights, particularly concerning the denial of the right to memory for Black, Indigenous, and Quilombola populations. Through the narratives and readings of these literatures, the project seeks to foster the appreciation of racial identity, collective memory, and ancestral knowledge. The adopted methodology is based on Paulo Freire’s culture circles. The theoretical framework includes Carine (2023), Fanon (1979), Gomes and Araújo (2023), Kilomba (2019), and Brazil (2008). It concludes that racial literacy and the awareness of aquilombamento are essential in education and in the struggle for the right to memory.

Keywords: narratives, antiracist readings, right to memory, racial literacy

1 Professor do curso de Pedagogia e do curso de Letras da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS - Campus Araguatins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4064360945787258> Email: rafael.fs@unitins.br

2 Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) - Campus Araguatins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9408172201208651> Email: mariamoraes@unitins.br

Introdução

Essa experiência surge de visitas a algumas bibliotecas de escolas municipais de Araguatins e Augustinópolis, cidades situadas na região do Bico do Papagaio, no extremo norte do estado do Tocantins, na busca por observar a presença ou ausência de livros de literatura infantojuvenil indígena, quilombola, africana e afro-brasileira. Dessa experiência, surge o projeto de extensão intitulado *“Narrativas e leituras: nossa pele, nosso cabelo, nossa identidade racial e nossos saberes afro-brasileiros”*, que está sendo desenvolvido com os educandos de uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, na Escola de Tempo Integral Professora Nair Duarte, em Araguatins - TO.

Nas bibliotecas e escolas visitadas, não encontramos obras de literatura que retratem a história contracolonial, a memória, os saberes e a ancestralidade dos povos originários, dos quilombolas e da população negra do Brasil, do Tocantins e da própria região do Bico do Papagaio. Essa falta dessa literatura significa, de alguma maneira, a fragilidade do conhecimento dos Direitos Humanos, ou melhor, a negação à população negra, indígena e quilombola do direito à memória, principalmente em um território construído com base na luta e na resistência desses povos e das mulheres quebradeiras de coco babaçu. Assim, a experiência está de acordo com os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Erradicação da Pobreza, Educação de Qualidade, Igualdade de Gênero e Redução das Desigualdades. Além disso, está em consonância com as linhas temáticas Direitos Humanos e Educação e Direitos Humanos e diversidade.

A experiência com os alunos de uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, na Escola de Tempo Integral Professora Nair Duarte, em Araguatins - TO, tem como objetivo apresentar às crianças a história e a linguagem contracolonial, como diz Santos (2023), por meio da narrativa e da leitura de livros de literatura indígena, quilombola, africana e afro-brasileira. O contato das crianças com essas obras contribui não apenas com o resgate da memória coletiva da história desses povos na região do Bico do Papagaio, mas também, segundo Gomes e Araújo (2023), com a aceitação e a construção da própria identidade das crianças negras, indígenas e quilombolas, que não se aceitavam ou não são aceitas por outras crianças.

Em alguns casos, elas são excluídas e sofrem as consequências e os traumas do racismo estrutural, devido à cor da sua pele, ao volume do seu cabelo e à sua cultura. Com relação a isso, Kilomba (2019, p. 56) afirma que, na literatura dominante e hegemônica, “os corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão ‘fora do lugar’ e, por essa razão, corpos que não podem pertencer”. Faz-se necessário pontuar, com base nessa experiência, que a luta pelos Direitos Humanos, pelo direito à memória e pela própria narrativa é constante no que se refere aos considerados, conforme Fanon (1979), “condenados da terra”.

Em sala de aula, com a turma do 1º ano, trabalhamos o respeito e a identidade afro-brasileira, com o objetivo de conscientizar as crianças sobre a valorização da nossa cultura, do corpo negro, indígena e quilombola, do cabelo afro, das diferenças e da pluralidade humana. Sendo assim, estamos abordando a negritude, a memória, os saberes e a ancestralidade, como mencionado anteriormente, por meio de narrativas e leituras, contribuindo, de acordo com Carine (2023), com o letramento racial, com uma educação antirracista e com uma pedagogia do aquilombamento, na qual as crianças se identificam com os personagens das histórias narradas e se reconhecem como protagonistas da própria história.

Nessa perspectiva, trabalhar a questão racial no âmbito escolar, conforme a Lei 11.645/08 (Brasil, 2008), é de suma importância, tanto para a formação pessoal e integral dos educandos como para a construção de uma educação antirracista e do reconhecimento dos Direitos Humanos dessa população historicamente oprimida. Por isso, a experiência está sendo uma oportunidade para apresentar outras literaturas e promover o respeito, a empatia, o gosto pela leitura da literatura considerada marginal e, principalmente, o resgate da autoestima das crianças negras, indígenas e quilombolas da região do Bico do Papagaio.

Metodologia

No decorrer da experiência, contamos com círculo de leitura, produção coletiva de materiais, atividades desenvolvidas pelas crianças, momento lúdico durante a contação das histórias e produção de material pedagógico. Essas atividades contribuem com a formação dos educandos, para que de fato consigam entender a importância do resgate da nossa identidade africana, afro-brasileira e indígena e fomentar, segundo Santos (2023), uma linguagem coletiva e contracolônia.

Para a concretude da experiência, metodologicamente, usamos como base os círculos de cultura de Paulo Freire (1996), nos quais o educador pernambucano escutava as palavras geradoras e coletivamente dialogava sobre elas com os educandos. No que se refere ao referencial teórico, utilizamos Carine (2023), Fanon (1979), Gomes; Araújo (2023), Kilomba (2019) e Brasil (2008). Sendo assim, tanto os autores quanto a legislação asseguram a importância do letramento racial e da educação antirracista na luta pelos Direitos Humanos e pelo direito à memória da população negra, dos quilombolas e dos povos originários.

Desenvolvimento, resultados e discussão

No desenvolvimento da experiência, abordamos a cultura afro-brasileira e a nossa identidade racial. No Brasil, no Tocantins e na Região do Bico do Papagaio, isso é muito importante, principalmente com as crianças, sendo elas seres humanos em formação. Sabemos que, no cotidiano da sala de aula, o ensino das temáticas relacionadas à cultura africana e indígena restringe-se a datas comemorativas, momento em que há mobilização, mas a abordagem dos temas relacionados ao racismo é realizada superficialmente.

Na experiência debatemos e aprofundamos a discussão sobre a temática por meio das obras literárias que narram a história dos povos africanos, indígenas e dos quilombolas. Vale destacar que, atualmente, encontramos um número significativo de obras que discorrem sobre essas questões, as quais podem ser trabalhadas com as crianças em sala de aula de maneira lúdica, dinâmica e reflexiva. A proposta da experiência é exatamente trazer essas obras e esses autores para a sala de aula e para a realidade das crianças. Até o momento atual, já trabalhamos seis (6) obras com as crianças, em uma turma composta por vinte e oito (28) alunos.

Como resultado, nota-se que as crianças estão encantadas com a cultura indígena, quilombola, africana e afro-brasileira. Observamos esse aspecto por meio de suas falas e de suas ações no decorrer dos encontros e, principalmente, no dia a dia em sala de aula. Esse ambiente, segundo Carine (2023), é um espaço propício para a reflexão, o diálogo, o letramento racial e uma prática antirracista. Além disso, o projeto está despertando ainda mais o gosto pela leitura, pois as obras são trabalhadas de maneira lúdica e dinâmica, fazendo, desse modo, com que a aprendizagem seja, além de significativa, mais prazerosa para as crianças.

Desse modo, o projeto “Narrativas e leituras: nossa pele, nosso cabelo, nossa identidade racial e nossos saberes afro-brasileiros”, que fundamenta essa experiência, representa a resistência e a luta pelos direitos à memória, aos saberes e à ancestralidade dos povos oprimidos que tiveram, historicamente, seus direitos negados.

Conclusão

A experiência tem demonstrado que trabalhar as questões étnico-raciais no dia a dia das crianças faz toda a diferença na construção de uma sociedade antirracista. Além disso, a ausência dessa literatura demonstra a urgência da construção de um espaço em que podemos e devemos aprender sobre a diversidade cultural existente no nosso país, no Tocantins e na Região do Bico do Papagaio. Por isso, o letramento racial, por meio do aquilombamento, é essencial nas escolas, porque possibilita a identificação da criança com a cor da pele do personagem, com o cabelo e com seu modo de vida, criando referências e encantamento pela história do seu povo.

Referências

BRASIL. **Lei Nº 11.645, DE MARÇO DE 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena”. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 15 abr. 2025

CARINE, B. **Como ser um educador antirracista.** 2. ed. São Paulo: Planeta, 2023.

FANON, F. **Os Condenados da Terra.** Tradução de Laurêncio José de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade.** 22a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

GOMES, Nilma Lino; ARAÚJO, Marlene de (org.). **Infâncias negras: vivências e lutas por uma vida justa.** 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 25 abr. 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano.** Tradução Jess Oliveira. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Recebido em 15 de setembro de 2024
Aceito em 10 de novembro de 2025